



# Movimentos em movimento: análise das disputas e ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais urbanos entre 2020 e 2022

*Movements in motion: analysis of the disputes and actions of urban socio-spatial and socio-territorial movements between 2020 and 2022*

**Wilians Ventura Ferreira Souza<sup>1</sup>**

<sup>1</sup>Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Câmpus de Presidente Prudente (SP).

E-mail: [wilians.ventura@unesp.br](mailto:wilians.ventura@unesp.br), ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6166-0059>

**Maria Eduarda Grecco Bejarano<sup>2</sup>**

<sup>2</sup> Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Câmpus de Presidente Prudente (SP).

E-mail: [eduarda.grecco@unesp.br](mailto:eduarda.grecco@unesp.br), ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6516-8013>

## Resumo

Os movimentos socioespaciais e socioterritoriais urbanos apresentam amplas redes e relações, complexas estruturas e interação entre movimentos, organizações e instituições. As interseccionalidades e reciprocidades existentes se materializam em diferentes espaços e territórios, produzindo uma compreensão relacional e dialética da cidade e dos espaços construídos e disputados. Este artigo objetiva identificar e analisar as disputas e conflitos no espaço urbano entre 2020 e 2022 a partir do Banco de Dados da Luta por Espaços e Territórios (DATALUTA). Pudemos observar a centralidade e representatividade da cidade, a criação de espaços e territórios alternativos, mudanças de intencionalidade e protagonismo de movimentos como MTST, MST e UNE. As metodologias aplicadas foram: pesquisa documental, levantamento bibliográfico, construção de banco de dados, análise de dados, trabalho estatístico e mapeamento.

**Palavras-chave:** Urbano, espaço, território, disputa, conflitualidade.

## Abstract

Urban socio-spatial and socio-territorial movements have extensive networks and relationships, complex structures and interaction between movements, organizations and institutions. The existing intersectionalities and reciprocities materialize in different spaces and territories, producing a relational and dialectical understanding of the city and the spaces that are built and disputed. This article aims to identify and analyze the disputes and conflicts in the urban space between 2020 and 2022 from the Database of the Struggle for Spaces and Territories (DATALUTA). We were able to observe the centrality and representativeness of the city, the creation of alternative spaces and territories, changes in intentionality and protagonism of movements such as MTST, MST and UNE. The methodologies applied were: documentary research, a bibliographical survey, database construction, data analysis, statistical work and mapping.

**Keywords:** Urban, space, territory, dispute, conflict.

## 1 Introdução

Nas páginas que compõem esse artigo está concentrado um esforço teórico, conceitual e metodológico em torno da temática que envolve os Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais Urbanos (MSU), conflitualidade, produção do espaço, cidade, neoliberalismo e desenvolvimento sustentável. São muitas as temáticas e as frentes desenvolvidas ao longo deste texto que potencializam a construção de uma compreensão ampla, crítica e relacional das disputas engendradas nas cidades brasileiras a partir de diferentes orientações ideológicas e distintas estruturas organizativas representadas pelos coletivos e movimentos constituídos e organizados na e pela cidade.

Tal construção não representa apenas uma discussão teórica-conceitual sobre a cidade e os movimentos, mas evidencia um conjunto de informações e produtos geridos a partir de um banco de dados que concentra a sistematização das ações coletivas produzidas por movimentos socioespaciais e socioterritoriais organizados em 2020, 2021 e 2022 em uma análise crítica comparada. Esse banco de dados nacional e internacional é resultado de um trabalho coletivo desempenhado por uma rede de pesquisadores a partir da construção do Banco de Dados da Luta por Espaços e Territórios (DATA LUTA).

Nas cidades brasileiras convivem pessoas pertencentes a diferentes classes econômicas e sociais, com distintas origens geográficas, raça/etnia, orientação sexual, religiosidade, posições políticas etc. Essa significativa diversidade é propícia a existência de embates, conflitos, disputas, cooperações e solidariedades de agentes sociais e suas propostas variadas de usos do território. As estatísticas apontam que aproximadamente 85% da população brasileira vive em cidades (IBGE, 2012). O processo de urbanização no país, comandado pelo modo de produção capitalista, foi vertiginoso e violento. Em 40 anos, de 1940 a 1980, a população urbana foi multiplicada por sete, enquanto a população total cresceu três vezes (Santos, 1987, 2005; Santos; Silveira, 2001).

O espaço urbano brasileiro é, também, um espaço privilegiado de demandas e lutas por direitos (Maricato, 1999). No contexto da urbanização capitalista, as contradições e tensões características da organização socioespacial das cidades fomentam ações que questionam, contestam, desafiam, reivindicam, propõem e buscam transformar ou manter esse espaço de acordo com distintos interesses e insatisfações. Essas ações, com frequência, são organizadas e realizadas por movimentos socioespaciais e socioterritoriais, cujas motivações vinculam-se à luta pela garantia de condições para continuar existindo (Pedon, 2013; Fernandes, 2012).

Algumas das obras existentes sobre a cidade e as ações produzidas por movimentos como Rolnik (1995) e Della Porta e Diani (2020) contribuem para a leitura das disputas no contexto urbano, entretanto, são insuficientes para explicar as mudanças, processos e o surgimento de novas *performances* e

comportamentos que orientam os movimentos para a produção de espaços e territórios das pequenas cidades às grandes metrópoles.

O comportamento e as estratégias traçadas pelos movimentos urbanos estão em consonância e equilíbrio com as estruturas e hierarquias produzidas em determinados territórios e espaços, o que vale ressaltar que em muitos casos a racionalidade neoliberal também está presente na estrutura e organização de determinados coletivos e movimentos. É possível observar que as ações coletivas estão inseridas em um grande conjunto de disputas engendradas na e pela cidade contemporânea. As tipologias revelam a apropriação ou a mediação do espaço e seus objetivos expõem a disputa espacial ou territorial que, em grande medida, estão orientadas para a reprodução da vida e de diferentes lógicas de consumo presentes na cidade (Santos *et al.*, 2020).

As ações coletivas produzidas em 2020, 2021 e 2022 pelos MSU estão inseridas na conjuntura política, econômica e social marcada pela pandemia da Covid-19, pelo Governo Bolsonaro (2019-2022) e sua escalada ao descaso perante a emergência sanitária. O Governo Bolsonaro (2019-2022) foi marcado por uma série de ações políticas que impactaram diretamente a vida de milhões de brasileiros, sobretudo, dos mais pobres. Assentado em uma política anti-ambientalista, anti-indigenista e que promoveu em suas primeiras ações de governo a destruição das Instituições Participativas (IPS), acabou por incentivar um discurso que fomentou a sua base aliada compreendida a partir de grupos de extrema-direita (grupos neonazistas e neofascistas) o que ocasionou um tensionamento entre as diferentes classes e grupos sociais.

A pandemia, por sua vez, trouxe uma compreensão mais profunda sobre alguns marcadores sociais e estruturas construídas por séculos em nosso país. Aspectos de gênero, raça, classe, etnia e cultura se mesclaram e produziram um grande debate em que as desigualdades ganharam centralidade e preponderância. As motivações que deram tom às ações dos movimentos, também estavam bem alinhadas com as pautas dos coletivos e sujeitos mais afetados pela pandemia e por uma desigualdade espacial e territorial que foi escancarada pela doença.

Os temas, objetivos e intencionalidades dos MSU estabeleceram uma relação direta e indissociável com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo possível observar um crescimento da vinculação das ações às pautas globais presentes nos documentos oficiais e internacionais. Movimentos como a Marcha Nacional das Mulheres Indígenas (MNMI), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Frente Brasil Popular (FBP), Grito dos Excluídos (GRITO), Levante Popular da Juventude (LPJ), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), Movimento Negro Unificado (MNU), Movimento pelo Clima (MPCLIMA) e União Nacional dos Estudantes (UNE), são alguns dos

movimentos que produziram ações que estão diretamente relacionadas aos 17 Objetivos do Desenvolvido Sustentável (ODS).

Vale ressaltar que alguns desses movimentos superam os limites rígidos da AGENDA 2030 ao proporem temáticas relacionadas à diversidade sexual e de gênero, críticas ao modelo neoliberal vigente, construção de uma agenda socialista e revolucionária, denúncia do racismo ambiental e construção de identidades atreladas a diferentes territórios e espaços produzidos e ocupados por meio de suas ações. Já outros movimentos às rejeitam, seja pela análise do que seria uma das facetas do Marxismo Cultural, que busca destruir a lógica ocidental pautada no mercado, na família e na liberdade individual.

As questões centrais que instigam essa produção estão concentradas no campo da teoria, do método e dos procedimentos metodológicos que objetivam uma leitura sobre a estrutura, a forma e o conteúdo das ações produzidas pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais no contexto das cidades brasileiras. Dessa forma, pode-se identificar alguns pontos primordiais: 1) Quais são os tipos de movimentos que produzem espaços e territórios nas cidades brasileiras? 2) Quais são as relações entre os Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais e as instituições que geram e gerenciam um modelo de cidade neoliberal? 3) Como podemos mapear as diferentes escalas do conflito e as dimensões da disputa, seja ela material ou imaterial? 4) Quais são os tipos de ações produzidas pelos Movimentos? 5) Quais são as principais pautas presentes na agenda dos Movimentos? 6) Quais são as relações entre os objetivos dos movimentos e os objetivos presentes na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) materializados nos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável?

É evidente que o modelo político, econômico e social, produzido pelo neoliberalismo que resulta em um tipo específico de racionalidade, que impacta de maneira significativa a agenda de muitos movimentos, que passaram por reestruturações e reordenamentos ao longo das últimas décadas. Ao mesmo tempo, observa-se a incorporação de Agendas Globais que possuem como principal finalidade o desenvolvimento sustentável e equilibrado das relações executadas pela sociedade sobre a natureza, o que não produziu mudanças significativas capazes de questionar os motivos pelos quais a natureza vem sendo consumida, ou seja, tal proposta não questiona o modo de produção capitalista e a sua forma mais feroz: o neoliberalismo e a imposição de sua racionalidade.

De antemão pontuamos que as questões que produzem tal relação desequilibrada e desigual não estão no campo da individualização, mas sim, dos aspectos que são estruturais e estruturantes, sobretudo, quando analisados desde a lógica do modo de produção capitalista, logo, pensar de maneira sustentável em um sistema político, econômico e social que tem como objetivo fim a produção incessante de mercadorias e o seu consumo ininterrupto, torna-se uma vultosa contradição (Paulani, 1999; Harvey, 2005).

É no centro dessas principais questões, potencialidades e contradições que esse artigo foi produzido, representando a materialização de quatro anos de pesquisa e diálogo internacional com uma

rede de investigação direcionada para a construção de uma teoria geográfica dos movimentos sociais. Assim, o artigo aborda a diversidade dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, bem como suas estratégias e tipologias constituídas a partir de intencionalidades distintas. Tem-se por finalidade identificar e analisar as disputas, conflitos e a produção de espaços e territórios no espaço urbano brasileiro entre 2020 e 2022 a partir do Banco de Dados da Luta por Espaços e Territórios (DATALUTA).

## **2 Metodologia mm movimento**

O DATALUTA - Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios, é um projeto de pesquisa e extensão fundado em 1998 no Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária - NERA, vinculado ao departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – Unesp, Campus de Presidente Prudente. Desta iniciativa se formou um coletivo, a REDE DATALUTA, composta inicialmente por vários grupos especializados no Brasil. O primeiro relatório elaborado pelo nosso coletivo de pensamento em 1999, que hoje conta com 18 grupos de pesquisa, apresentou dados relativos à questão agrária. Em 2014 a categoria Movimentos Socioterritoriais foi adicionada ao banco de dados, assim como as categorias Estrutura Fundiária e Manifestações no Campo em 2010, Estrangeirização de Terras em 2014 e as Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária (JURA) em 2018.

Durante os anos de 2020 a 2023, houve uma intensa dedicação por parte do coletivo na construção do projeto Movimentos Socioterritoriais, que foi separado em distintos espaços, sendo eles urbano, agrário, florestas e águas; além da categoria Estrangeirização de Terra. Para executar esse projeto, à medida que não encontrávamos todas as respostas nas literaturas e no desejo de criarmos um pensamento novo que nos respondesse aos questionamentos, formulamos no coletivo uma nova metodologia de pesquisa, atrelada ao avanço do método e da construção teórica.

Nesta contínua construção do DATALUTA e dos relatórios oriundos, ao que tange os movimentos, a constante construção e renovação teórica foi imprescindível. Afinal, não seria possível uma leitura genuinamente geográfica a partir de conceitos e categorias de outras ciências, sem passar pelo pensar geográfico.

A metodologia utilizada pelos membros das últimas categorias citadas é muito semelhante, buscamos padronizar as semelhanças e diversificar as singularidades. Como este artigo se trata de uma análise que corresponde aos dados sobre Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais urbanos (MSU), buscaremos evidenciar esta metodologia em específico.

Evidentemente que o passar do tempo e o acúmulo de expertise, como já dito, fez com que a metodologia se aperfeiçoasse ano a ano, garantindo o rigor e uma análise mais acurada da realidade.

Neste projeto utilizamos o serviço Google Alerta, que por meio de algoritmos retorna resultados de uma pesquisa, que pode ser atribuída frequência, na caixa de e-mail cadastrada, sempre que for encontrada uma citação na web da palavra pré-cadastrada na plataforma.

Portanto, a primeira etapa de nossa pesquisa é a escolha das palavras-chaves, que foram determinadas por serem atribuídas a ações, demandas, reivindicações, pautas/bandeiras, tipologias de movimentos ou até nomes. Nossa lista de palavras é frequentemente revisada e atualizada, seja com inclusão ou exclusão de acordo com as necessidades e avanços. Após essa etapa, os e-mails com as notícias passam a ser enviados.

**Quadro 1** – Palavras cadastradas no Google Alerta

Agricultura Urbana	Luta Por Moradia	Quintais Produtivos
Agroecologia Urbana	Manifestação Urbana	Sem Teto
Agrofloresta Urbana	Movimento + Caminhoneiro	Solidariedade Alimentar
Direito À Moradia	Movimento Antifascista	Trabalhadores Urbanos
Doação De Alimentos	Movimento Cultural	União Da Juventude Socialista
Educação De Qualidade	Movimento De Mulheres	União Nacional Dos Estudantes
Entregadores Antifascistas	Movimento Estudantil	Antifascistas
Feira Agroecológica	Movimento Negro	Bolsonaristas
Greve Dos Trabalhadores	Movimento Queer	Carreata
Horta Urbana	Movimento Sindical	Despejo
Hortas Comunitárias	Movimentos De Imigrantes	Favela
Invasão Urbana	Movimentos Feministas	LGBT
Jornadas De Lutas	Movimentos Sociais Urbanos	MTST
Levante Popular Da Juventude	Ocupação Escolar	Panelaço
Passe Livre	Ocupação Urbana	Secundarista
Organização De Moradores	Uberização	

**Fonte:** Banco de Dados da Luta por Espaços e Territórios, 2024.

**Organização:** Elaborado pelos autores, 2024.

Com a caixa de e-mail cadastrada já recebendo os relatórios diários contendo todas as palavras chaves citadas naquele dia, os dividimos em meses e atribuímos aos responsáveis da equipe, garantindo um controle e organização maior dos dados obtidos. Cada responsável por seu mês faz a abertura e leitura de todos os e-mails contidos no relatório, elegendo as notícias relevantes e as salvando em formato PDF.

Consideramos relevante aquela notícia que contém pelo menos uma ação e um movimento socioespacial ou socioterritorial, além da data da notícia e de corresponder ao espaço que está sendo analisado. O procedimento de levantamento só estará completo quando os arquivos PDF forem carregados na pasta do Google Drive, destinado a esses arquivos, com distinção de mês.

A leitura para a sistematização dos e-mails, diferente das etapas anteriores, deixam de ser uma atividade majoritariamente prática e passa a exigir a necessidade da análise crítica e aplicação do método desenvolvido pela REDE DATALUTA para a leitura das ações e dos movimentos. No estágio aqui descrito, realizamos uma leitura acurada, em busca dos elementos que serão utilizados na sistematização e uma verificação se realmente é uma notícia que consideramos relevante.

A Sistematização é a prática científica da teoria geográfica dos movimentos, indissociável, para nós, do método criado. O Método Geográfico do DATALUTA construiu uma tipologia de ações e tipologia de movimentos que busca analisar e categorizar as ações e movimentos. Estas tipologias estão em constante mudança e representam uma alternativa geográfica, mesmo que em construção, às análises sociológicas e as teorias clássicas sobre o conceito central deste artigo: os movimentos sociais.

Para isso utilizamos a plataforma Jotform, um criador de formulários online. Este formulário posteriormente, após ser preenchido diversas vezes totalizando a quantidade de PDF's salvos da etapa de levantamento, gera uma planilha com todos os dados registrados. Os dados registrados são inúmeros, como o título da notícia, o código padronizado, o nome e e-mail da pessoa responsável pela sistematização, entre outros.

Entre eles, os dados que atualmente mais nos empenhamos em construir são os referentes a ação, em que registramos a macrorregião, estado e município, juntamente com o código do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além da escala. Sobre a tipologia de ação, hoje, ela consiste em quatro “pilares”, a forma, o tema, a direcionalidade e a sua relação com o espaço.

As Ações Matrizes correspondem a vários conjuntos que contém subconjuntos unitários, que nomeamos de Ações Derivadas, e variam de acordo com cada um dos espaços. Tanto a Ação Matriz como a Ação Derivada correspondem à forma. O tema corresponde ao conteúdo da ação, ou seja, a pauta que ela busca atender e atingir. A direcionalidade da ação é percebida em sua finalidade. A relação com o espaço pode ser identificada através da mediação ou apropriação pelos movimentos que realizam a ação, o que o define como Movimento Socioespacial ou Movimento Socioterritorial. Sobre os movimentos e instituições, a tipologia está em constante crescimento, pois é ela que se adequa a realidade, não o movimento contrário.

Para relacionar as ações com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, utilizamos as definições da própria Organização das Nações Unidas, disponíveis tanto no site oficial, quanto no documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”.

Na etapa de tratamento, todos os dados do Jotform são baixados e transferidos para o Excel. É nesse software que os dados são devidamente organizados de acordo com a finalidade desejada para a elaboração dos quadros, tabelas, mapas e pranchas. Nestes produtos, buscamos construir ferramentas que qualifiquem a análise em perspectiva crítica e comparativa com outros espaços que compõem o DATALUTA e que estarão presentes no relatório, qualificando a geografia dos movimentos.

### 3 Movimentos socioespaciais e socioterritoriais urbanos

O espaço urbano pode ser entendido como um conjunto de símbolos e campos de luta, sobretudo, quando os sujeitos sociais representam o enfoque analítico-conceitual (Castells, 1974, 1977). Nesse sentido, o Movimento Social Urbano (MSU) é um sistema de práticas que resulta na articulação de uma conjuntura do sistema de agentes urbanos e de outras práticas sociais, de forma que seu desenvolvimento tende objetivamente para a transformação estrutural do sistema urbano ou para uma modificação substancial da relação de forças na luta de classes, quer dizer, em última instância, na disputa pelo poder do Estado.

O espaço urbano assume centralidade nos temas tratados neste artigo a partir das disputas e dos conflitos estabelecidos pelos movimentos no contexto das cidades brasileiras (Guimarães, 2015). O espaço urbano é fragmentado e articulado, cada uma de suas partes mantém relação com as demais em diferentes intensidades e organizações, o urbano é condicionante das ações sociais e reflexo das mesmas, toda essa dinâmica corrobora para uma interação dialética (Corrêa, 1989).

No Brasil, as contradições urbanas decorrentes do desenvolvimento do capitalismo iniciaram-se após 1930, com uma lógica no processo de acumulação do capital que cria como pré-condição, para seu funcionamento e desenvolvimento, a participação controlada das massas populares no processo econômico e político (Raichelis, 1988), gerando um novo tipo de sociedade urbana, especialmente nas duas principais metrópoles do país — Rio de Janeiro e São Paulo, baseando-se na superconcentração de atividades produtivas e de sua reprodução, concentrou-se nessas regiões, já que eram nelas que centralizam-se os demais fatores indispensáveis para sua ampliação. Para Moisés (1982, p. 16), as enormes massas de população foram formadas neste contexto, sendo obrigadas a se acomodar ao fenômeno que se poderia chamar de urbanização por extensão de periferias, fenômeno que adquiriu as feições de um verdadeiro processo ecológico de discriminação social.

O processo de industrialização-urbanização não somente alterou a vida da classe trabalhadora com a inserção de novas necessidades, como também levou a um agravamento do estado de pauperização desta. Além de inserir uma nova ideologia criada pela classe dominante, segundo a qual cabia agora ao Estado ser o provedor de toda a população, isto é, um Estado acima das classes, responsável por atender às necessidades mais prementes da população, e assim, resolver a problemática urbana, que crescia sempre mais, levando também, a alteração, no transcorrer do tempo, da importância do antagonismo entre proletariado e burguesia nos conflitos sociais induzindo a uma nova contradição, que é o confronto entre as massas populares e o próprio Estado.

Este processo de metropolização que vai formando-se nas principais cidades brasileiras, só foi possível entre outros fatores, graças aos movimentos migratórios do campo, que apresenta verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população apontada nas taxas de urbanização do país entre

1940 e 2000. Em 1940, a taxa de urbanização representava 26,35% do total, passou para 36,16% em 1950; alcançando 45,52% em 1960; em 1970 chega 56,80%; em 1980 vai para 68,86% e em 1991 e 2000 atinge 77,13% e 81,25% respectivamente (Cabral; Sá, 2009)

Estes recém-emigrados do campo se fixam na periferia das principais cidades, em condições muito precárias, estando disponíveis, a baixo preço para investimento do capital, tanto na agricultura (os boias frias), como nas atividades urbanas (indústrias e serviços), como à construção civil; se constituindo em um subproletariado (Gohn, 2008), que subsiste mediante a venda da força de trabalho diária, sem desfrutar das garantias da legislação trabalhista, constituindo o proletariado urbano. Em outras palavras, os trabalhadores e seus familiares constituíram a força de trabalho predominante nos grandes centros urbanos, necessitando do aumento da demanda por serviços de infraestrutura urbana, bem como elevando e acelerando as proporções de moradia em condições inadequadas, de forma geral, agravando as condições de vida na cidade.

Nesse sentido, os movimentos socioterritoriais e socioespaciais urbanos possuem um olhar cuidadoso para os territórios e espaços disputados, isso significa que esses movimentos realizam significativas disputas em uma determinada porção do espaço geográfico dotada de conflitualidade, disputa, contenção e poder. Esses movimentos “têm o território como sua característica definidora, sua razão de ser, sem a qual eles não existiriam” (Halvorsen; Fernandes; Torres, 2021, p. 26).

Fernandes e Sobreiro-Filho (2023), apresentam um conjunto de debates e reflexões sobre a construção de uma teoria geográfica dos movimentos sociais. A leitura dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais revela a construção de um caminho atrelado à produção do conhecimento em consonância e em equilíbrio com a realidade que se observa das ações coletivas produzidas nas ruas até a apropriação de espaços como estratégia de reprodução da luta.

O enfoque analítico está na busca em capturar o movimento em movimento, isso significa que a realidade e a teoria caminham lado a lado. Nesse sentido, não é prudente a simples submissão ou a incorporação de outras leituras e realidades, sobretudo, estrangeiras, sobre os movimentos brasileiros, a teoria é construída de maneira autônoma, livre e aliada ao movimento da realidade, eis o diferencial da abordagem socioespacial e socioterritorial. Apesar do reconhecimento da necessidade de se construir um método e teoria própria para se ler e compreender os movimentos e a conjuntura latino-americana, é importante evidenciar algumas contribuições teóricas e clássicas sobre as temáticas gerais que envolvem os movimentos sociais, as disputas, conflitualidades e relações estabelecidas entre as ações e a produção da cidade no passado e presente.

Na literatura clássica, a concepção de Movimentos Sociais surge a partir de um ambiente de descontentamento social, produzido a partir das disparidades de poder evidentes na sociedade de classes (Pasquino, 1998). Nesse contexto, é possível compreender que há um catalisador que desencadeia diversas formas de ação com o propósito de alterar diferentes contextos representados e

materializados a partir da tensão social. Portanto, desde as primeiras manifestações de naturezas diversas até a constituição como coletivos organizados nos Movimentos Sociais, essas expressões inicialmente se configuram como Comportamentos Coletivos. A distinção crucial entre um Comportamento Coletivo e um Movimento Social reside precisamente no grau de transformação que este último busca implementar na sociedade.

A controvérsia entre Comportamentos Coletivos e Movimentos Sociais gerou um debate centrado na natureza espontânea das manifestações e lutas coletivas. Essa discussão trazia a questão de que se deveria adotar uma abordagem centralizada na direção dos levantes populares ou uma estratégia mais voltada para o que hoje se compreende como política de base.

Pode-se observar que as discussões e deliberações sobre Movimentos Sociais diferem consideravelmente do conceito que se construiu na atualidade, especialmente quando se trata de grupos e coletivos na América Latina. Isso ocorre porque as análises que associavam essa definição ao movimento operário e às classes sociais diminuíram significativamente em todo o nosso subcontinente durante a segunda metade do século XX, conforme apontado por Gohn (2008).

Apesar de considerar essa conceitualização restritiva para esses contextos, é crucial destacar que na literatura clássica sobre Movimentos Sociais, as análises se concentraram nos fenômenos relacionados às grandes mobilizações do século XIX, especialmente ligadas ao processo produtivo e, mais especificamente, à indústria. Todos os modelos de prática política foram abordados pela lógica convencional de partidos políticos, sindicatos e instituições ligadas ao mundo do trabalho, o que limitou uma compreensão mais abrangente das experiências de lutas sociais de longa duração no continente americano.

Na tentativa de aprofundar a compreensão do conceito de Movimentos Sociais diante da natureza espontânea das mobilizações sociais, Souza (2017) propõe uma hierarquia nas práticas sociais. Ele define Movimentos Sociais como um subconjunto da categoria Ativismo Social, que, por sua vez, é um subconjunto da ideia mais ampla de Ações Coletivas (Souza, 2017). Ações isoladas, efêmeras ou manifestações espontâneas vinculadas a eventos específicos e localizados são associadas a Ações Coletivas, aproximando-se da noção de Comportamento Coletivo mencionada anteriormente.

De uma maneira geral e ampla, pode-se compreender a existência de duas interpretações distintas sobre os movimentos sociais a partir da literatura clássica. A primeira interpretação estaria vinculada aos velhos movimentos sociais atrelados essencialmente ao movimento proletário e ao mundo do trabalho. A segunda interpretação estaria assentada a partir de demandas e questões pós-materiais, em alguns casos específicos em temáticas de ordem simbólica e representativa, os Novos Movimentos Sociais (NMS) estariam reivindicando questões vinculadas ao mundo da reprodução, consumo e cotidiano.

Ao tratarmos sobre as ações coletivas dos movimentos, estamos definindo um recorte teórico-conceitual para aquelas ações advindas de movimentos já organizados e que possuem estrutura e agenda representados por sua solidez e continuidade. Nesse sentido, a compreensão das dinâmicas sociais contemporâneas muitas vezes envolve a distinção entre dois conceitos fundamentais: ação coletiva e movimentos sociais. Embora ambos estejam interligados, são fenômenos distintos que desempenham papéis específicos na transformação da realidade e disputa de significados.

A representação da ação coletiva pode se estabelecer a partir de esforços desempenhados desde um grupo de indivíduos que buscam atingir objetivos comuns, compartilhando interesses ou preocupações objetivas. A teoria da ação coletiva destaca a individualidade dos participantes, considerando fatores como valores e benefícios para elucidar por que as pessoas escolhem se engajar em ações conjuntas (Olson, 1965). Exemplos de ação coletiva incluem protestos pontuais, greves ou manifestações de curto prazo em resposta a eventos específicos.

Em outro sentido, os movimentos sociais são fenômenos mais amplos e complexos, que envolvem a mobilização de grupos sociais em torno de objetivos mais abrangentes e transformadores. Tarrow (2022) destaca que os movimentos sociais não são apenas caracterizados por ações coletivas, mas também por uma identidade coletiva compartilhada e uma visão de mudança social mais ampla. Eles geralmente buscam transformações profundas nas estruturas sociais, políticas ou econômicas e possuem uma continuidade ao longo do tempo. A perspectiva adotada em torno desse artigo está assentada na compreensão das ações produzidas exclusivamente pelos Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais Urbanos (MSU).

A concepção adotada para definir movimentos está assentada na compreensão de que são organizações sociopolíticas construídas por sujeitos pertencentes a diferentes setores e classes sociais que extrapolam limites da compreensão clássica e adotam novas posturas políticas, culturais e ideológicas materializadas em tipos de ações distintas. Essa representação variada confere a essas organizações uma diversidade significativa que produz um conjunto de ações que são especificadas nas cidades. Ou seja, a forma heterogênea como essas ações são realizadas, sua orientação e a maneira como são construídas, buscam atender a determinados objetivos e metas, que se articulam em diferentes níveis e escalas. Tais escalas de atuação podem ser abordadas no nível de origem, relacionadas à capacidade de mobilização da organização com outros sujeitos e o impacto das ações nos níveis municipal, nacional e internacional.

Muitas das mobilizações e tipologias de ações articuladas pelos movimentos brasileiros vão de encontro com o conjunto de critérios teóricos-metodológicos propostos por McAdam, Tarrow e Tilly (2009). Assim, dadas ações só fazem diferença na medida em que ela: a) forja alianças de consciências ou de interesses com membros existentes no sistema político; b) representa uma ameaça plausível de

interromper processos políticos rotineiros; c) coloca outra ameaça plausível ou influência direta na arena eleitoral e/ou d) provoca pressão de detentores de poder externos sobre as autoridades.

Um dos principais desafios a serem superados em algumas leituras sociológicas é de que o espaço é visto como um mero contexto ou “cenário” onde a vida e as interações sociais, econômicas, políticas e culturais se concretizam. É, portanto, um pano de fundo neutro, absoluto e não problematizado e sua compreensão se distancia de uma leitura voltada para a construção relacional do espaço (Lefebvre, 1991), destacamos a relevância da leitura indissociável entre movimentos sociais e o espaço.

As perspectivas espaciais iluminam as conexões entre as experiências cotidianas mais amplas, processos políticos, culturais, espaciais e econômicos (Martin; Miller, 2003). Nesse sentido, em uma perspectiva relacional as ações orientam a organização espacial e a organização espacial orienta as ações dos movimentos e sujeitos construindo e deflagrando suas estratégias. São vários os pesquisadores que têm se dedicado a investigar as ações coletivas atreladas às espacialidades e territorialidades dos sujeitos pertencentes a movimentos, em pesquisas sobre os movimentos sociais é possível identificar um conjunto de autores clássicos como McAdam, Tarrow e Tilly (2009) e estudiosos que investigaram o papel do espaço na disputa como Routledge (1993), Pile; Keith (1997) e Miller (2000).

As preocupações espaciais se fazem presentes em diferentes estudos e trabalhos já mencionados, embora esses estudos se esforcem para empreender uma leitura espacial, cada vez mais saboreiam a literatura e uma gama diversa de estudos que enfatizam a constituição espacial da contenção (Sobreiro-Filho, 2017). As perspectivas espaciais podem revelar uma ampla gama de questões nas *Contentius Politics*, incluindo como e porque os grupos realizam reivindicações em/por determinados espaços e territórios.

Os movimentos socioespaciais surgem da interação dinâmica entre o espaço e as ações humanas, simultaneamente moldando e sendo moldados por esse contexto. O planejamento de uma ação não apenas antecede, mas também origina o espaço no qual essa ação ocorrerá. Da mesma forma, a ação resultante contribui para a criação do objeto associado. Nessa relação intrincada, objetos geram ações, as quais, por sua vez, geram novos objetos (Santos, 2002). O espaço, por vezes, existe previamente à ação e ao objeto, dando origem a eles, mas também pode ser inaugurado pela própria ação, revelando-se como o espaço onde o ato é concebido. Assim, o espaço desempenha um papel fundamental na criação e transformação das ações que impulsionam mudanças nesse contexto (Fernandes; Sobreiro-Filho, 2023).

Os movimentos socioterritoriais, por sua vez, têm a capacidade de gerar espaços. Notavelmente, esses espaços muitas vezes se originam em contextos de desigualdade e exclusão social. São nesses espaços que surgem movimentos críticos ao capitalismo, desafiando suas estruturas. Em contrapartida, espaços alinhados com os princípios do capitalismo podem dar origem a movimentos

que defendem e sustentam o sistema. Portanto, espaço e território não apenas são produtos dessa interação, mas também atuam como mediadores e objetos de apropriação. A dinâmica entre esses dois aspectos transforma constantemente o espaço em território e o território em espaço, refletindo a complexidade das relações entre a sociedade e o ambiente que a circunda (Fernandes; Sobreiro-Filho, 2023).

A leitura sobre a realidade e suas mudanças é fundamental para a compreensão das estratégias e da produção de espaços e territórios pelos movimentos, “o conceito de movimento socioterritorial nasceu das disputas pelos territórios, do mesmo modo que o conceito de movimento socioespacial nasceu da luta pelos espaços” (Fernandes; Sobreiro-Filho, 2023, p. 336). O elemento que sobleva o debate produzido por Fernandes e Sobreiro-Filho (2023) em torno dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, é a construção de uma leitura e interpretação relacional do espaço e dos movimentos.

A comparação entre os diferentes contextos urbanos do Brasil foi construída na articulação epistemológica de várias tradições: a comparação analítica, a globalizante ou abrangente, e a relacional, com seu método regressivo-progressivo. É notável a magnitude do desenvolvimento urbano das cidades brasileiras, aspecto que explica em parte o surgimento de demandas que incluem o direito à cidade como instrumento político de luta urbana, pela transformação democrática da cidade e da sociedade que habita. Neste artigo sobre as ações produzidas pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais no Brasil, buscou-se realizar uma sistematização que analisa tanto o número de eventos, suas formas de expressão e localizações, quanto seus protagonistas, objetivos, tipos de movimentos e variados vínculos políticos escalares locais-globais em relação aos ODS.

#### **4 Cartografia da disputa e do conflito na cidade contemporânea**

A cidade enquanto um produto das relações políticas, econômicas, sociais, culturais e geográficas, é também produtora de relações que representam a contradição da vida e dos objetivos traçados por diferentes sujeitos, grupos, movimentos e instituições posicionadas em variadas escalas e dimensões. A produção desse espaço é, portanto, desigual e fragmentada ao mesmo tempo que revela uma racionalidade a partir de articulações e de suas contiguidades específicas. Para compreender a cidade contemporânea partimos do reconhecimento da existência de uma racionalidade neoliberal que produz um conjunto de subjetividades no contexto urbano em torno das relações estabelecidas pelos sujeitos que a produzem (Dardot; Laval, 2017).

A cidade a partir desta compreensão é produto e produtor dos objetos e das ações que atuam e produzem o espaço fragmentado e desigual (Lefebvre, 1991). Tais processos são reveladores de um tipo específico de relação direcionada exclusivamente para conexões produzidas a partir do interesse do capital, o que evidencia mais do que um processo linear e contínuo representado a partir do

desenvolvimento urbano, mas passa a estabelecer um processo de reestruturação territorial que também produz um novo padrão de acumulação que atua não somente no âmbito econômico, mas também nas micro-relações estabelecidas no cotidiano.

Para evidenciar o que estamos chamando de produção do espaço urbano contemporâneo desde a lógica neoliberal, podemos elencar um conjunto de processos que ocorrem no contexto das cidades brasileiras e que destacam essa produção e lógica: i) a disputa e luta dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais urbanos, agrários, das florestas e das águas; ii) as diferentes articulações desempenhadas a partir da subjetividade política que produz um tipo distinto de identidade que pode ser verificada a partir das espacialidades e territorialidades dos sujeitos pertencentes a esses movimentos; iii) um conjunto variado de problemas e temas que produzem uma agenda de objetivos que extrapolam as cartilhas globais de desenvolvimento e combate às desigualdades; iv) a existência da produção de tipos distintos de espaços e territórios que acumulam significativa diversidade e contradição resultado do próprio processo da disputa e, v) a explícita relação dialética entre produto e produtor ao se analisar os tipos de espaços e territórios produzidos pelos movimentos no contexto da cidade neoliberal.

O capitalismo em sua versão mais feroz (neoliberalismo) tem produzido um conjunto de novos significados sobre a cidade. Mudanças profundas ocorreram ao longo das últimas décadas evidenciando a tríade da privatização-liberalização-desregulação que diminuiu o poder dos Estados em construir propostas efetivas para os problemas estruturais urbanos que são pauta dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Dentre os problemas resultantes desse modelo econômico, político e social, podemos destacar: a meta-estatização das finanças (Nogueira, 2023), o crescimento de empregos precários, o inchamento da dívida dos consumidores, processos intensos de fragmentação e segregação socioespacial (Sposito; Sposito, 2020), nova interpretação sobre o público/privado, destruição da vida em diferentes dimensões e escalas (Ribeiro, 2006), condições climáticas e ambientais extremas, crescimento das desigualdades e fortalecimento do negacionismo climático-científico-ambiental (Layrargues, 2020)

É evidente que os movimentos socioterritoriais urbanos, sobretudo, os movimentos populares de luta pela moradia, constroem um novo significado de cidade a partir do estabelecimento de condutas sociais que vão na contramão da lógica neoliberal de apropriação e consumo da cidade. Nesse sentido, esses movimentos se constituem como uma proposta viva, eficaz e talvez, uma das poucas alternativas de contribuir para o reestabelecimento de uma cidade menos dividida e fragmentada, já que o comum e o bem-viver é uma proposta filosófica-geográfica adotada por parte dos movimentos socioterritoriais urbanos.

Foi retendo a dimensão do conflito como elemento central que a leitura e a análise sobre a ocorrência e manutenção de ocupações de prédios no centro de São Paulo foram feitas. Nessa conjuntura de disputa e avanço da produção (e apropriação) da cidade sob a lógica urbana hegemônica, as ocupações – assim como outras formas de morar e viver nos e dos territórios populares – constituem-se como resistência para esse avanço e apropriação e, desse modo, são

percebidas e vistas como travas e obstáculos, que, portanto, precisam ser destruídos (Santos, 2019, p. 786).

A colonização da cidade, termo utilizado por Santos (2019), a “guerra dos lugares” termo expressado por Rolnik (2015), são exemplos e compreensões da lógica fragmentária imposta pela ordem neoliberal que produz uma cidade marcada por fraturas, continuidades e descontinuidades. Se o conflito, a violência e a perturbação urbana são produtos dessa lógica que ordena em múltiplas dimensões, também é evidente que a cidade é produto e produtor de uma racionalidade marcada pelo individualismo, disputa e consumo incessante. A crise e a potente insurgência do conflito, produzem movimentos socioterritoriais que não somente disputam o significado de cidade, mas produzem uma cidade menos fragmentada e desigual, estratégias ancoradas em uma lógica de apropriação do espaço urbano.

Um dos aspectos que evidenciam a perspectiva relacional da produção do espaço, é evidenciar e compreender que ao mesmo tempo que os movimentos socioespaciais e socioterritoriais produzem a cidade, também são produzidos por ela. Nesse sentido, pensar a ação dos movimentos socioterritoriais que lutam por moradia, é pensar em lógicas próprias de controle e gerenciamento territorial, em que o cotidiano, o território e o conflito são palavras-chaves do processo.

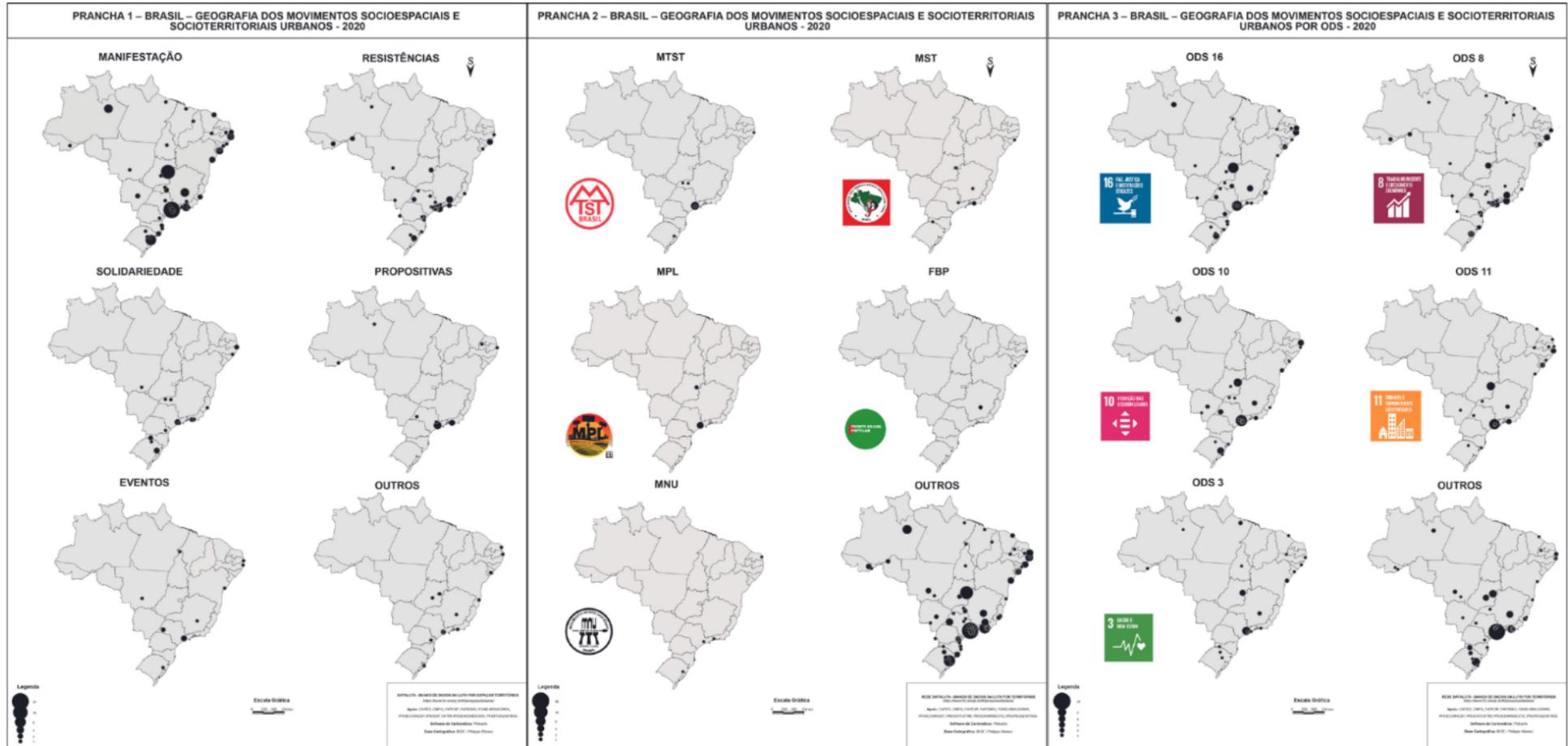
A análise das ações produzidas pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais representam um conjunto vasto e diverso de temáticas e pautas que traduzem a cartilha de muitos destes coletivos organizados em torno do espaço urbano. Entretanto, essa crise generalizada apontada anteriormente, poderia também ser compreendida enquanto uma crise da hegemonia, já que o dissenso é suprimido e silenciado pela ideia da necessária coalizão entre as forças sociais, o que leva ao esgotamento das energias utópicas presentes em muitas destas cartilhas.

É importante, inicialmente, elencar quais são os eixos e as identificações dos movimentos atuantes em dados contextos. Neste sentido, observa-se a presença de grupos autonomistas, progressistas, socialistas e conservadores. São, principalmente, esses grupos que começaram a produzir em 2020 um conjunto de ações coletivas que orientaram as disputas espaciais e territoriais, seja para atingir objetivos de desenvolvimento social, econômico e político, seja para garantir a permanência de privilégios a determinada classe social.

Com o estabelecimento da pandemia da Covid-19 e as medidas de isolamento físico como uma estratégia de contenção do vírus, os movimentos tiveram que construir novas tipologias de ações para alcançar seus objetivos diante de um contexto social e político marcado por ataques, rupturas e o tensionamento das instituições. Observou-se em 2020 um conjunto de tipos de ações que buscaram se adaptar ao contexto de isolamento físico, já que as ruas não podiam ser ocupadas, o espaço privado, as janelas, sacadas e varandas passaram a ser locais de protesto a partir da construção de painéis e *lives* que reuniram milhões de pessoas simultaneamente. Na mesma medida, as redes sociais ganharam

centralidade na disputa de narrativas e de debates promovidos tanto por grupos progressistas e críticos ao governo Bolsonaro, como por grupos da extrema-direita e setores conservadores da sociedade civil.

Prancha 1, 2 e 3 - Geografia dos Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais Urbanos em 2020



Fonte: Banco de Dados da Luta por Espaços e Territórios, 2024.

Organização: Os autores, 2024.

Em 2020 foram identificados 138 movimentos socioespaciais e socioterritoriais no espaço urbano brasileiro. A distribuição espacial desses movimentos sistematizada nos mapas evidencia a forte concentração das lutas em São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal. Em todo o território nacional, os movimentos socioespaciais e socioterritoriais foram atuantes principalmente nas capitais estaduais. Apesar disso, a presença de movimentos socioespaciais e socioterritoriais em cidades médias é significativa, conforme demonstra a ocorrência de ações no Triângulo Mineiro e no interior do estado de São Paulo.

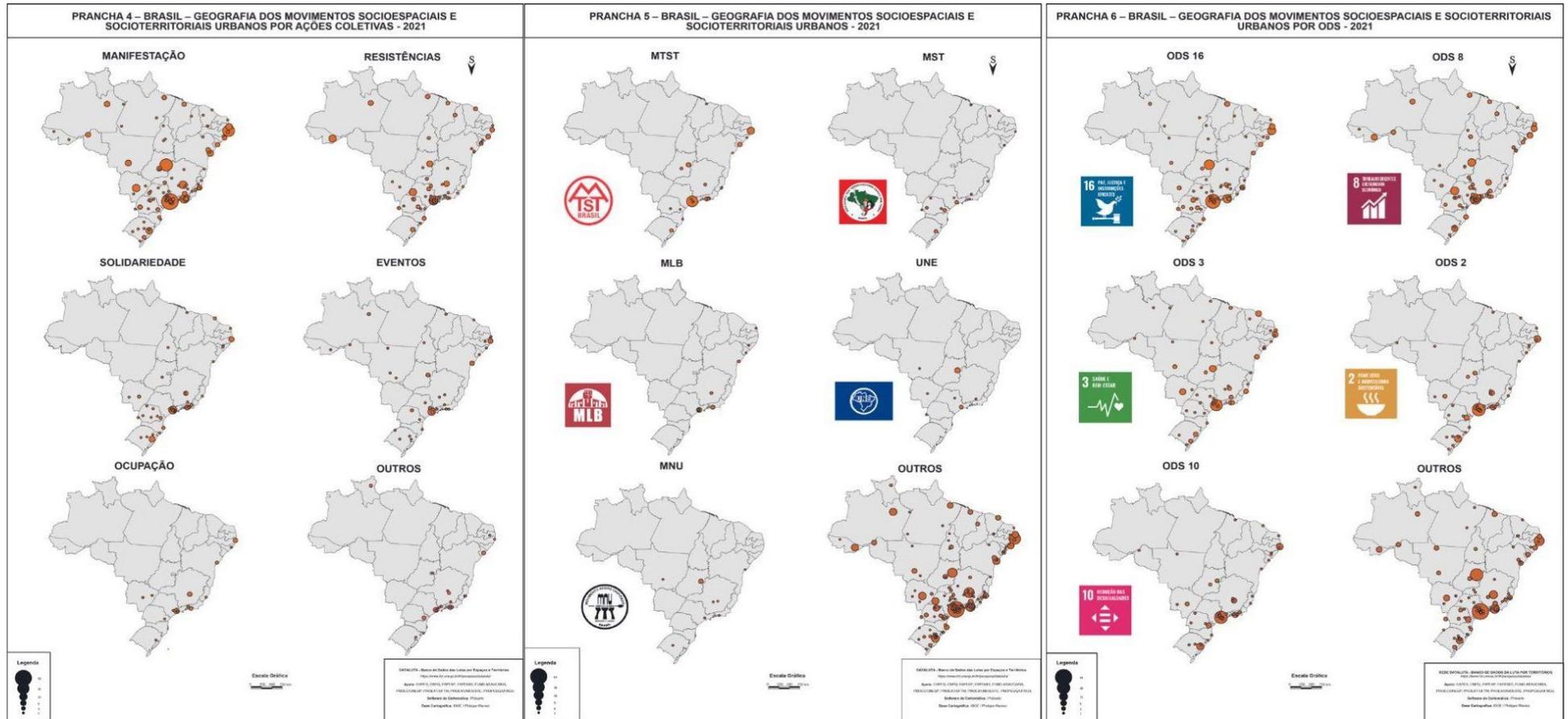
Dos 138 movimentos que atuaram no Brasil em 2020, destaca-se as ações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como as mais numerosas e abrangentes em território nacional. O MST organizou ações em espaços urbanos de seis estados brasileiros, já o MTST atuou em quatro estados. Esses movimentos se articulam intimamente, o que expressa a inseparabilidade das lutas da população do espaço agrário e do espaço urbano: ainda que existam especificidades nas suas demandas por direitos, há problemas e desafios comuns.

As ações coletivas registradas no ano de 2020 no espaço urbano, revelam uma diversidade de intencionalidades e objetivos que orientam os coletivos e movimentos para diferentes disputas e estratégias. Manifestações (130 registros), Resistências (51 registros), Solidariedade (23 registros) e Eventos (12 registros) foram as principais tipologias de ações registradas em 2020. Os dados despontam novas formas de organização e mobilização popular através das práticas espaciais dos sujeitos organizados, dadas ações coletivas tendem a impactar as disputas políticas em territórios vulnerabilizados pela ausência do Estado. A compreensão espacial e territorial da disputa é indissociável da leitura exercida sobre as ações coletivas sistematizadas entre 2020 no espaço urbano, portanto, as obras de Fernandes (2012) e Halvorsen, Fernandes e Torres (2021) são contribuições potenciais para a realização de uma análise espacial e territorial destas ações.

As ações coletivas de solidariedade presentes em 2020 no espaço urbano, também revelam um comportamento emergencial adotado pelos movimentos, sobretudo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) a partir da construção de cozinhas solidárias, bem como as ações do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) com a coleta e distribuição de alimentos saudáveis em territórios periféricos e mais afetados pela pandemia da COVID-19, ação que impulsionou a criação do que se chamou de Frente Nacional Contra a Fome e a Sede. Doravante, as UFs que os movimentos destacados mais se apresentaram foram São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, por exemplo atuando em prol do ODS nº8 “Trabalho Decente e Crescimento Econômico” no mês de julho. Período este em que, os movimentos apresentaram expressivo aumento na quantidade de ações, com destaque para os ODS nº1

“Erradicação da Pobreza”; nº5 “Igualdade de Gênero”; 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico” e o nº 10 “Redução das Desigualdades”.

Prancha 4, 5 e 6 - Geografia dos Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais em 2021



Fonte: Banco de Dados da Luta por Espaços e Territórios, 2024.  
 Organização: Os autores, 2024.

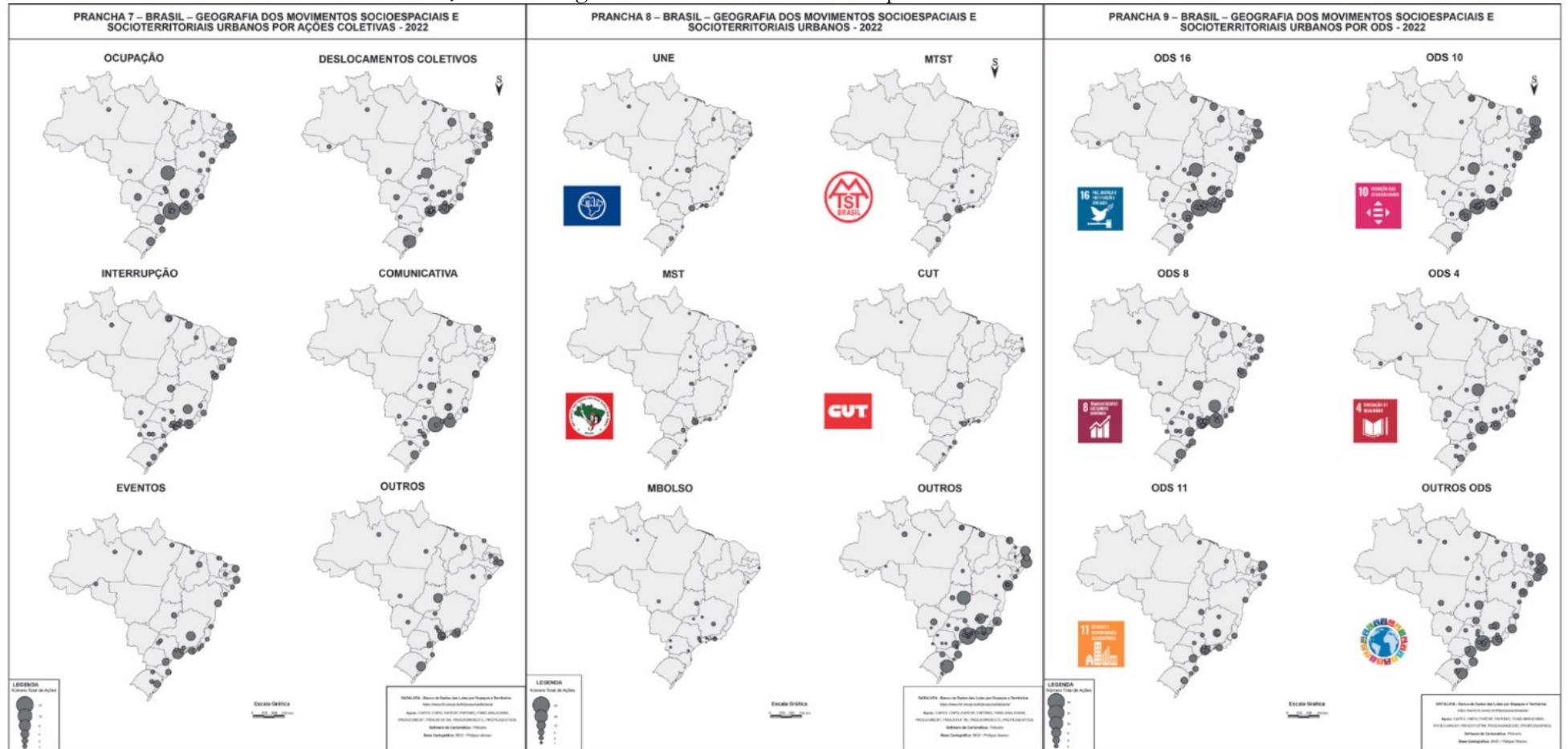
Em 2021 os movimentos sociais e socioterritoriais foram atuantes principalmente nas capitais estaduais. Apesar disso, de 2020 para 2021, observa-se um crescimento da presença de movimentos socioespaciais e socioterritoriais em cidades médias, conforme demonstra a ocorrência de ações em espaços urbanos que não possuem status de capitais. Houve, portanto, certa dispersão das lutas dos movimentos no Brasil.

Dos 340 movimentos que atuaram no Brasil em 2021, destaca-se as ações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como as mais numerosas e abrangentes no território nacional. O MTST atuou nos espaços urbanos de 13 estados, ultrapassando a presença da atuação do MST nos espaços urbanos brasileiros, que em 2021 se realizou em 11 estados. As ações coletivas produzidas em 2021 pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais urbanos, estão inseridas na conjuntura política, econômica e social marcada pela pandemia da SARS-CoV-2 e pelo Governo Bolsonaro e sua escalada ao descaso perante a pandemia.

Manifestações (336 registros), Resistências (152 registros), Solidariedade (78 registros), Eventos (57 registros) e Ocupação (29 registros), foram as principais ações registradas em 2021. Tal dado corrobora com a dinâmica que já vinha sido estabelecida no ano anterior perante a conjuntura mundial e nacional. As manifestações, das formas mais diversas, se fizeram ainda mais presentes nas lutas dos movimentos para atenderem suas pautas.

Em relação aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi possível observar um crescimento da vinculação das ações dos movimentos às pautas globais presentes nos documentos oficiais. Movimentos como a Marcha Nacional das Mulheres Indígenas (MNMI), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Frente Brasil Popular (FBP), Grito dos Excluídos (GRITO), Levante Popular da Juventude (LPJ), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), Movimento Negro Unificado (MNU), Movimento pelo Clima (MPCLIMA), União Nacional dos Estudantes (UNE), são alguns dos movimentos que produziram ações que estão diretamente relacionadas com os 17 ODS.

Prancha 7, 8 e 9 - Geografia dos Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais em 2022



Fonte: Banco de Dados da Luta por Espaços e Territórios, 2024.

Organização: Os autores, 2024.

Em 2022 foram identificados 299 movimentos socioespaciais e socioterritoriais no espaço urbano brasileiro. É possível observar um significativo crescimento em relação ao ano de 2020 e uma diminuição em relação ao ano de 2021, esse crescimento se relaciona com o arrefecimento do isolamento social no Brasil no decorrer do segundo ano da pandemia de covid-19 e com o crescimento das demandas por vida digna em um contexto marcado pela crise socioeconômica, sanitária e política, no qual se observou, por exemplo, o aumento do desemprego e da fome no país.

A distribuição espacial desses movimentos reitera o padrão identificado nos anos anteriores (2020 e 2021). Os municípios onde as ações foram executadas, ratificam a concentração das lutas em São Paulo (78 ações), Brasília (51 ações) e Rio de Janeiro (44 ações), assim como nos relatórios anteriores. Também podemos observar uma relevante espacialização das ações nas principais capitais brasileiras como: Porto Alegre (RS) com 41 ações. Recife (PE) com 30 ações, Belo Horizonte (MG) com 23 ações, Curitiba (PR) e Salvador (BA) com 21 ações cada, Natal (RN) com 18 ações, Vitória (ES) com 16 ações, entre outras capitais.

Dos 299 movimentos que atuaram no Brasil em 2022, destaca-se as ações da União Nacional dos Estudantes (UNE) com 40 ações, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) com 39 ações, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com 34 ações, Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Movimento Bolsonaroista com 25 ações, foram esses os cinco movimentos mais atuantes em 2022. Movimentos como a UNE, O MST E O MTST se articulam intimamente, o que expressa a inseparabilidade das lutas da população do espaço agrário e do espaço urbano: ainda que existam especificidades nas suas demandas por direitos, há problemas e desafios que são comuns.

A leitura e a interpretação das ações coletivas produzidas entre 2020 e 2022 pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais urbanos, devem ser analisadas a partir da compreensão da conjuntura política, econômica e social vivida no Brasil e no mundo. São três os acontecimentos que marcam o teor das estratégias construídas pelos sujeitos organizados, são eles: 1) Governo Bolsonaro 2) Pandemia de COVID-19 3) Eleições Gerais.

É importante ressaltar que o papel dos movimentos conservadores e de extrema-direita frente aos movimentos tradicionais (sem-teto, sem-terra, progressistas, sindicatos etc.) se sobleva a partir da década de 2010 com a presença marcante do desemprego, do aumento de desigualdades sociais, de reformas do Estado que culminaram em perdas de direitos trabalhistas e o contexto político nacional que tornou o solo fértil para o surgimento de grupos conservadores agarrados em um nacionalismo distorcido. Também tomaram às ruas em maiores proporções, os movimentos de mulheres, de negros, LGBTQIA+ e imigrantes, o que revela uma disputa entre o conceito de nação, cidade e desenvolvimento.

Observou-se em 2020 e em menor medida em 2021, um conjunto de ações coletivas (tipologia de movimentos) que se adaptaram ao contexto de isolamento físico. O espaço privado, as janelas,

sacadas e varandas passaram a ser locais de protesto como painéis e *lives* que reuniram milhões de pessoas em torno de pautas que se centraram no debate político e disputa de significado em torno da crise sanitária vivida. Na mesma medida, as redes sociais ganharam centralidade na disputa dos debates promovidos tanto por grupos progressistas e críticos ao governo Bolsonaro, como por grupos da extrema-direita e setores conservadores da sociedade civil.

É importante salientar que o processo de retomada das ruas realizadas pelos movimentos ocorreu três meses após o início da pandemia no Brasil, durante estes últimos três meses muitos grupos e movimentos antidemocráticos se manifestaram pedindo intervenção militar, afrouxamento das medidas sanitárias e promovendo um discurso alicerçado na negação da ciência e relativização da pandemia.

A pandemia trouxe uma compreensão mais profunda sobre alguns marcadores sociais e estruturas construídas por séculos no Brasil. Aspectos de gênero, raça, classe, etnia e cultura se mesclaram e produziram um grande debate em que as desigualdades ganharam centralidade e preponderância. As motivações que deram tom às ações coletivas, também estavam bem alinhadas com as pautas dos coletivos e sujeitos mais afetados pela pandemia e por uma desigualdade espacial e territorial que foi escancarada pela doença.

Os movimentos socioespaciais e socioterritoriais em diferentes espaços e territórios organizaram a partir das ações coletivas o que a democracia representativa e as políticas institucionais não conseguiram construir. O lema “nós por nós” fez parte de muitas campanhas que tinham por objetivo salvar os territórios periféricos e os sujeitos mais vulnerabilizados não somente da contaminação do vírus, mas também das desigualdades socioespaciais aprofundadas pelo contexto pandêmico, como a fome e da miséria.

Foi possível evidenciar a partir da cartografia das disputas e conflitos construídos, que os movimentos socioterritoriais e socioespaciais urbanos são dinâmicos e complexos, se apresentam de múltiplas maneiras em diferentes realidades, além de exercerem uma dinamicidade que lhes confere a capacidade de atuação em redes cada vez mais complexas e plurais. Nos últimos anos observou-se um processo de internacionalização da luta importante para compreendermos os movimentos urbanos de hoje, bem como as suas redes de atuação que se tornaram cada vez mais necessárias para o embate em torno de territórios e espaços. Existem uma série de ações que representam as mobilizações da sociedade civil no espaço urbano, estas acontecem em vários níveis e esferas, e possuem como alvo políticas sociais e públicas, manifestações sociais, ocupações, lutas simbólicas, entre outras ações que impactam a realidade das cidades brasileiras.

As tipologias de ações praticadas pelos movimentos nos territórios urbanos podem ser preliminarmente classificadas em quatro eixos de análise: O primeiro eixo se caracteriza pelas ações de espaços de convergências e estratégias, tais como as reuniões, assembleias, conferências e encontros; o

segundo eixo é constituído por ações de enfrentamento direto, sejam ofensivas ou defensivas como as ocupações de terras e de prédios públicos ou privados, bloqueios de acesso, protestos etc.; o terceiro eixo consideramos as ações de caráter jurídico, onde identificamos as denúncias em suas diferentes manifestações (notas, cartas de repúdio, cartas abertas, etc.), audiências públicas, petições e ações civis públicas; e o quarto eixo se refere às demais ações, com particularidades dos diferentes territórios investigados e analisados.

Nota-se que as práticas inovadoras adotadas pelos movimentos despontam um comportamento que os diferenciam da leitura sobre os movimentos sociais das décadas passadas. Neste novo momento, é importante atentar-se para a alternância das formas tradicionais de organização política e olhar com mais profundidade e atenção para o rejuvenescimento dessas ações e práticas, para a inserção de novas pautas, temas e bandeiras, além do método de organização e ação em diferentes escalas. Todo o comportamento dos movimentos analisados individualmente também enaltece a diferente e cruel face das desigualdades provocadas pela dinâmica de acumulação do capital em torno de todo o mundo globalizado. A cidade desigual, segregada e fragmentada produz um movimento combativo, criativo e resistente, ao mesmo tempo estes movimentos e coletivos constroem uma cidade possível, solidária e menos desigual.

## **5 Considerações finais**

Ao longo de todo o artigo, concentramos esforços teóricos e metodológicos para, a partir da análise dos dados entre 2020 e 2022, tecer sobre as conflitualidades e produção do espaço urbano e da agenda do desenvolvimento sustentável, atravessadas pelas ações dos MSUs.

Em um país em dimensões como o Brasil, reconhecemos as singularidades do território. A cidade contemporânea, desigual e fragmentada, produto e produtora de heterogêneas relações entre sujeitos, grupos, movimentos, instituições etc., em suas diversas escalas e dimensões, porém com similitudes nas ações coletivas na luta por direitos no contexto de urbanização capitalista, fazem parte do processo que produz a diversidade das cidades brasileiras, que condensa diferentes classes, origens, etnias, orientações sexuais e posições políticas, em indissociável conflito. As contradições inerentes ao sistema capitalista e a racionalidade neoliberal, são catalisadoras das insurgências e auto-organização dos sujeitos urbanos e não urbanos, em que a cidade exerce centralidade na reivindicação simbólica, sendo condicionante e reflexo destas ações. Tem-se então a importância fundamental dos MSUs na contestação desta inércia, buscando questionar a lógica e criar espaços e territórios alternativos de superação.

Ao longo dos três anos analisados, observamos uma dinâmica complexa, marcada por similaridades e diferenças, revelando manutenções e modificações nas atuações dos MSUs, em resposta

às condições políticas, socioespaciais e socioeconômicas e suas alterações. A concentração das ações nas capitais, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal de 2020 até 2022 é um exemplo do que tece Castells (1974) sobre o papel das cidades como concentradora dos aparatos do estado e, portanto, das demandas. Destacamos também a proeminência da conexão das lutas do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), bem como o protagonismo da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 2022 e a crescente dos movimentos conservadores no mesmo ano. Não há dúvidas que a conjuntura nacional e internacional, política e sanitária impactaram diretamente nas ações, desencadeando em novas táticas por parte dos movimentos.

Em relação ao crescimento quantitativo, identificamos 138 movimentos em 2020, 340 em 2021 e 299 em 2022, que apesar da oscilação representa um importante crescimento do primeiro ano para o último. Houve mudança notável da espacialização das ações para cidades médias que se consolidou em 2022. Em 2021 e 2022 nota-se uma maior vinculação entre as ações e as pautas globais reivindicadas pelos 17 ODS, além da crescente de movimentos locais com pautas internacionalistas.

Entendemos que os Relatórios DATALUTA 2020, 2021 e 2022 ainda possibilitam diversas análises em variadas perspectivas e que a cada tentativa nos deparamos com novos questionamentos, que nos levam cada vez mais longe do esgotamento. Ainda há muita coisa a ser respondida, entretanto buscamos até aqui ter atingido nossa premissa de fornecer mais uma leitura teórica, conceitual e metodológica em torno da temática que abarcam os MSU, conflitualidade, produção do espaço, cidade, neoliberalismo e desenvolvimento sustentável, além de identificar e analisar as disputas e conflitos no espaço urbano entre 2020 e 2022 a partir do Banco de Dados da Luta por Espaços e Territórios (DATALUTA).

## Referências

Castells, M. **Ciudad, democracia y socialismo**. Madrid: Siglo Veinteuno Editores, 1977.

Castells, M. **Movimientos sociales urbanos**. Madrid: Siglo Vienteuno Editores, 1974.

Cabral, A; Sá, A. Os movimentos sociais urbanos e suas manifestações concretas no Brasil e no Recife: síntese retrospectiva. **Revista de Geografia**, v. 26 n. 3, 2009.

Corrêa, R. L. Quem produz o espaço urbano. In: **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

Dardot, P; Laval, C. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2017.

Della Porta, D.; Diani, M. **Social Movements: an introduction**. 3. ed. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2020.

Fernandes, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, v. 6, p. 24-34, 2012.

Fernandes, B. M.; Sobreiro-Filho, J. (2023). Teoria dos Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais. In: Eliseu Saverio Sposito; Guilherme dos Santos Claudino. (Org.). **Teorias na Geografia: mundos possíveis**. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência, v. 3, p. 335-363. 2023.

Gohn, M. D. G. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, v. 21, p. 439-455, 2008.

Guimarães, M. C. R. (2015). Os movimentos sociais e a luta pelo direito à cidade no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, n. 124, p. 721-745, 2015.

Halvorsen, S., Fernandes, B. M., & Torres, F. V. Movimentos socioterritoriais em perspectiva comparada. **Revista Nera**, v. 24, n. 57, p. 24-53, 2021.

Harvey, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

Layrargues, P. P. Pandemias, colapso climático, antiecológico: educação ambiental entre as emergências de um ecocídio apocalíptico. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, n. 15, v. 4, p. 1-30, 2020.

Lefebvre, H. **O direito à cidade**. 1ª ed. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

Maricato, E. Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência. **Capital & Class**, v. 23, n. 3, p. 182-185, 1999.

Martin, D.; Miller, B. Space and contentious politics. **Mobilization: An International Quarterly**, v. 8, n. 2, p. 143-156, 2003.

McAdam, D., Tarrow, S., & Tilly, C. Para mapear o confronto político. **Lua Nova: revista de cultura e política**, v. 76, p. 11-48, 2009.

Miller, B. **Geography and Social Movements**. Minneapolis and London: University of Minnesota Press. 2000.

Nogueira, L. A. **Esperar Esperança: cidade em disputa, movimentos e indistinções**. 2023. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.  
Olson, M. **The logic of collective action**. Cambridge: Harvard University Press, 1965.

Paulani, L. M. Neoliberalismo e individualismo. **Economia e Sociedade**, v. 8, n. 2, p. 115-127, 1999.

Pasquino, G. Movimentos Sociais. In: Bobbio, N. *et al.* **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília, p. 787-792, 1998.

Pedon, N. R. **Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial**. São Paulo: Editora Unesp, 2013, 250 p.

Pile, S.; Keith, M. **Geographies of Resistance**. London and New York: Routledge, 1997.

Raichelis, R. Legitimidade popular e poder público. In: **Legitimidade popular e poder público**. São Paulo: Editora Cortez, p. 211-211, 1988.

Ribeiro, A. C. T. A cidade neoliberal: crise societária e caminhos da ação. **OSAL: Observatório Social de América Latina**. v. 8, n. 21, p. 23-32, 2006.

Rolnik, R. **The city and the law: legislation, urban policy and territories in the city of São Paulo (1886-1936)**. Nova York: New York University, 1995.

Routledge, P. **Terrains of resistance: Nonviolent social movements and the contestation of place in India**. An Arbor: Bloomsbury Academic, 1993.

Santos, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

Santos, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 1 ed. São Paulo: Edusp, 2002.

Santos, M. **A urbanização brasileira**. 6 ed. São Paulo: Edusp, 2005.

Santos, R. A. Na cidade em disputa, produção de cotidiano, território e conflito por ocupações de moradia. **Cadernos Metrôpole**, v. 21, p. 783-806, 2019.

Santos, M.; Silveira, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Santos, L. L. M.; Cunha, H. S. R.; Souza, W. V. F. Nascimento, R. (2022). Disputas no espaço urbano: ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais no Brasil em 2020. In: Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, 5, 2022, Natal. **Anais [...]** Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2022.

Sobreiro-Filho, J. Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics; terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces **Revista Nera**, v. 39, p. 13-38, 2017.

Souza, W. V. F. Movimento LGBT ocupando e transformando os espaços. **Geografia em Atos (Online)**, v. 1, n. 4, p. 15-15, 2017.

Sposito, E. S.; Sposito, M. E. B. Fragmentação socioespacial. **Mercator**, n. 19, 2020.

Tarrow, S. **Power in movement**. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.